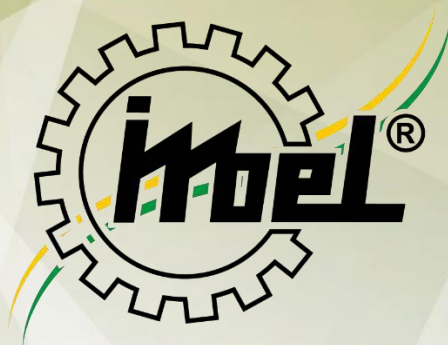




DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e NOTAS EXPLICATIVAS 2º TRIMESTRE DE 2022

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

www.imbel.gov.br





Conteúdo

1. BALANÇO PATRIMONIAL	02
2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	03
3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	04
4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	05
5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	06
6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	08
8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	09
9. DISPONIBILIDADES	14
10. CLIENTES	15
11. ESTOQUES	16
12. IMPOSTOS A RECUPERAR	16
13. DESPESAS ANTECIPADAS	17
14. INVESTIMENTOS	17
15. OUTROS CRÉDITOS	17
16. IMOBILIZADO	18
17. INTANGÍVEL	19
18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	19
19. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR	19
20. TED A REALIZAR	20
21. PROVISÕES JUDICIAIS	21
22. PROVISÕES DIVERSAS	22
23. OUTRAS OBRIGAÇÕES	22
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23
26. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS	23
27. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA	24
28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	24
29. DESPESAS COMERCIAIS	24
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24
31. DESPESAS DIVERSAS	25
32. RECEITAS DIVERSAS	25
33. DESPESAS FINANCEIRAS	25
34. RECEITAS FINANCEIRAS	26
35. OUTRAS DESPESAS	26
36. OUTRAS RECEITAS	26
37. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	27
38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
39. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS	28
40. PARTES RELACIONADAS	28
41. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI	29

**1. BALANÇO PATRIMONIAL**

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022			
(valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		557.837	514.526
Disponibilidades	9	316.813	298.077
Clientes	10	69.521	62.507
Estoques	11	150.923	136.922
Impostos a Compensar/Recuperar	12	12.081	9.984
Despesas Antecipadas	13	3.899	5.027
Outros Créditos	15	4.601	2.010
Ativo Não Circulante		143.278	136.557
Outros Créditos	15	7.880	7.605
Investimentos	14	2.303	2.303
Imobilizado	16	130.607	124.435
Intangível	17	2.488	2.214
TOTAL DO ATIVO		701.115	651.083
PASSIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		201.862	146.074
Fornecedores		5.657	5.963
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e	18	16.760	12.230
Receita Orçamentária a Realizar	19	21.665	5.694
TED a realizar	20	83.277	55.092
Adiantamentos de Clientes		115	400
Provisões Judiciais	21	34.713	18.912
Provisões Diversas	22	28.349	23.641
Outras Obrigações	23	11.326	24.142
Passivo Não Circulante		4.063	1.376
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e	18	4.063	1.376
Patrimônio Líquido	24	495.190	503.633
Capital Social	24.1	378.460	378.460
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -	24.2	24.838	19.263
Reservas	24.3	105.910	105.910
Lucro/Prejuízo Acumulado	24.3	(14.018)	0
TOTAL DO PASSIVO		701.115	651.083

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022					
(valores expressos em milhares de reais)					
	NOTA	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	16.122	22.414	16.886	29.560
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	26	(11.540)	(17.041)	(12.614)	(22.315)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		4.582	5.373	4.272	7.245
Manutenção da Capacidade Estratégica	27	(15.282)	(27.135)	(8.917)	(18.436)
Despesas Administrativas	28	(26.899)	(43.673)	(19.723)	(28.306)
Despesas Comerciais	29	(541)	(773)	(724)	(1.010)
Despesas Tributárias	30	(624)	(2.183)	(811)	(1.973)
Despesas Diversas	31	(21.826)	(32.456)	(3.637)	(14.687)
Receitas Diversas	32	12.867	14.265	2.088	6.120
RESULTADO OPERACIONAL		(47.723)	(86.582)	(27.452)	(51.047)
Despesas Financeiras	33	(11)	(49)	(20)	(34)
Receitas Financeiras	34	7.594	13.918	2.087	4.756
Outras Despesas	35	(18)	(51)	(15)	(91)
Outras Receitas	36	482	1.140	2.179	2.691
Receita Orçamentária	37	33.749	57.606	24.759	35.146
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(5.927)	(14.018)	1.538	(8.579)
Imposto de Renda e Contribuição Social	38				
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO		(5.927)	(14.018)	1.538	(8.579)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.					

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022								
(valores expressos em milhares de reais)								
	Capital Social			Reservas de Lucro				
	NOTA	Capital Social	AFAC	Legal	Reserva de Lucro a Disposição da	Reserva de Investimento	Reserva Especial (Dividendos)	Superávit ou Déficit Contábil
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021		378.460	6.430	5.923	-	84.404	24.763	(26.705)
AFAC		-	6.621	-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro (investimento)		-	-	-	-	(1.942)	-	-
Reserva de lucro Especial (Dividendos)		-	-	-	-	-	(24.763)	-
Resultado de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	26.705
Resultado do Trimestre		-	-	-	-	-	-	(8.579)
SALDOS EM 31 DE JUNHO DE 2021		378.460	13.051	5.923	-	82.461	-	(8.579)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		378.460	19.263	6.799	-	94.948	4.162	-
AFAC		-	5.574	-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro		-	-	-	-	-	-	-
Destinação (Dividendos a Pagar)		-	-	-	-	-	-	-
Resultado de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	(14.018)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		378.460	24.838	6.799	-	94.948	4.162	(14.018)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente



**4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado do exercício (antes do IRPJ e CSLL)	(14.018)	(8.579)
Ajuste por:		
Depreciações e amortizações	1.860	1.729
Perdas no Imobilizado	40	84
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.217	10.421
Provisão para Perdas no Estoque	(8.697)	540
Provisões para contingências	20.508	8.354
Provisões diversas	-	-
Juros sobre dividendos Pagos	-	-
Receita Subvenções Governamentais	(57.606)	(35.146)
Lucro ajustado:	(54.696)	(22.598)
(Aumento) Redução de Clientes	(10.231)	(7.893)
(Aumento) Redução em Estoques	(5.304)	(14.721)
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	(2.097)	(339)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	1.128	(203)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.865)	(1.812)
Aumento (Redução) em Fornecedores	(305)	4.808
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas e Tributárias	4.571	(140)
Imposto de renda e Contribuição social pagos no Exercício	-	-
Aumento (Redução) de Receita Orçamentária a Realizar	15.971	17.819
Aumento de TED a Realizar	28.184	18.560
Redução Aumento em Precatórios Judiciais	-	-
Aumento em Adiantamento Para Futuro Aumento Capital Social (AFAC)	5.574	6.621
Aumento em Adiantamento de clientes	(285)	(5.709)
Aumento em Outras Obrigações	(10.170)	642
Variações Patrimoniais	24.171	17.635
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(30.525)	(4.963)
(Alienação) Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(8.346)	(4.053)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8.346)	(4.053)
Dividendos pagos ao controlador	-	-
Receita Subvenções Governamentais	57.606	35.146
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	57.606	35.146
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	18.735	26.130
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	298.077	279.273
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	316.813	305.403
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	18.736	26.130

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente



**5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
1 - RECEITAS	47.926	58.733
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	29.292	39.694
1.2) Outras receitas	15.405	8.810
1.3) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	3.229	10.229
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	97.307	69.539
2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos	17.041	22.315
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	20.575	13.977
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	40	84
2.4) Outras - Despesas Diversas	59.651	33.164
2.5) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(49.381)	(10.806)
4 - RETENÇÕES	1.860	1.729
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	1.860	1.729
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(51.241)	(12.535)
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	71.524	39.902
6.1) Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	13.918	4.756
6.2) Redução em Outros Créditos	57.606	35.146
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	20.283	27.367
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20.283	27.367
8.1) Pessoal e encargos	20.251	19.994
8.1.1 - Remuneração direta	18.202	18.238
8.1.2 - Benefícios	605	635
8.1.3 - FGTS	1.444	1.122
8.2) Impostos, taxas e contribuições	14.050	15.951
8.2.1 - Federais	7.744	7.762
8.2.2 - Estaduais	5.958	7.905
8.2.3 - Municipais	347	285
8.3) Juros e aluguéis		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	(14.018)	(8.579)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	SEGUNDO TRIMESTRE DE 2022			
	(valores expressos em milhares de reais)			
	01/04/2022	01/01/2022	01/04/2021	01/01/2021
	a	a	a	a
	30/06/2022	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2021
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(5.925)	(14.018)	1.538	(8.579)
Parcela dos Sócios da Controladora	(5.925)	(14.018)	1.538	(8.579)
Parcela dos Não controladores	-	-	-	-
(-) Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-
Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligad:	-	-	-	-
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	-
(-) Tributos sobre Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Parcela dos Sócios da Controladora	-	-	-	-
Parcela dos Não Controladores	-	-	-	-
Resultado Abrangente Total	(5.925)	14.018	1.538	(8.579)
Parcela dos Sócios da Controladora	(5.925)	14.018	1.538	(8.579)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente





7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Contexto Operacional

7.1.1. A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL® foi criada em 14 de julho de 1975, por intermédio da Lei nº 6.227. É uma Empresa Pública dependente integrante do Orçamento Geral da União, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

7.1.2. A IMBEL®, como empresa estratégica fabril e gerencial, desenvolverá, prioritariamente, suas atividades no Setor de Produtos e Sistemas de Defesa e de Segurança, com estrita observância das Políticas, Estratégias, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas, periodicamente, pelo Comandante do Exército para a IMBEL®, tendo por objeto:

I – colaborar no planejamento fabril e gerencial e na obtenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança por intermédio de transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – colaborar, com base na iniciativa privada, com a implantação e o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa de interesse das Forças Armadas, buscando a redução progressiva de dependência externa de produtos e de sistemas estratégicos de defesa;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio complexo fabril de produtos e sistemas de defesa e de segurança e de outros bens cuja tecnologia derive de desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa e/ou interesse de segurança nacional;

IV – participar na manutenção e da capacidade estratégica da indústria de defesa e de segurança do País; e

V – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com sua finalidade.

7.1.3. Constituem atividades relacionadas com a finalidade da IMBEL®:

I - promover a Base Industrial de Defesa e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a mobilização, a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a certificação de seus produtos e de terceiros;

II- gerenciar projetos de interesse da Defesa e da Segurança;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para a IMBEL® cumprir tanto os seus objetivos, quanto as exigências de mobilização do País;

V - promover e executar atividades que permitam à IMBEL® manter uma infraestrutura adequada às exigências de mobilização e de manutenção da capacidade estratégica fabril e gerencial de defesa e de segurança do País;

VI – atuar como prestadora de serviços ou representante comercial;

VII – exportar produtos e sistemas de defesa das Forças Armadas; e

VIII – apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de defesa e segurança nacional.

7.1.4. As atividades desenvolvidas pela IMBEL® integram a estrutura logística terrestre do País em favor da Soberania Nacional e caracterizam-se por terem elevada complexidade de natureza estratégica e operacional, no ramo de defesa e segurança, necessárias ao imperativo da Segurança Nacional, conforme a Política e a Estratégia Nacional de Defesa.



7.1.5. A IMBEL® tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, onde está situada sua Diretoria. Atua em todo o território nacional e possui as seguintes Unidades de Produção:

Sigla	Localização	Principais produtos
FPV	Piquete – SP	Fabricação de pólvora de base simples, pólvora de base dupla, éter sulfúrico, plastex, dinamites gelatinosas, grãos propelentes base dupla, abrigos temporários de alto desempenho, trinitrotolueno (TNT), nitrocelulose, nitroglicerina e gelatina explosiva.
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de munição de grosso calibre.
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de sistemas equipamentos eletrônicos militares.
REPI	Wenceslau Braz - MG	Produção, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.
FI	Itajubá – MG	Fabricação de armamento leve (Pistolas, Fuzis e Carabinas).
FE	Magé – RJ	Fabricação de explosivos, propelentes, iniciadores e acessórios.

7.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

7.2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

8.1 Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável. As aplicações financeiras oriundas da fonte própria (Fonte 250) foram realizadas junto ao Banco do Brasil, de acordo com as seguintes legislações: Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973 art. 2º e 3º, Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4º, Resolução 12/2010 CA/IMBEL®, Macro Função SIAFI 020305 e IN 04 STN de 30/08/2004.

8.2. Instrumentos Financeiros

8.2.1 A classificação dos ativos financeiros é realizada a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa para a gestão dos ativos.

8.2.2. Os ativos financeiros são classificados nas categorias, abaixo, relacionadas:

8.2.2.1. Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

8.2.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.



8.2.2.3. Valor justo por meio de resultado: são ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil caso fossem mensurados de outra forma.

8.2.3. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal.

8.3. Clientes

8.3.1. São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

8.3.2. A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa considera um indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do cliente perante a Empresa e as flutuações do contexto macroeconômico. As estimativas de perdas foram baseadas em duplicatas de clientes que já possuem histórico presente de cobrança judicial sob litígio.

8.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, despesas gerais de produção e importações em andamento.

8.5. Impostos a Recuperar

8.5.1 São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS.

8.5.2. O imposto a recuperar dos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS advém das compras de insumos utilizados na produção e do recebimento das duplicatas das vendas aos Órgãos Públicos, os quais retêm os impostos Federais por força do artigo nº 34 da Lei 10.833/2003.

8.5.3. Os impostos a recuperar são mensalmente compensados com tributos gerados nas operações de saída ou por intermédio de pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil.

8.6. Despesas Antecipadas

Os custos de serviços a apropriar são compostos por serviços que estão sendo prestados a clientes e a manutenção a apropriar é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.



8.7. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

8.8. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, e pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

8.9. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

8.10. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada, se for o caso, e perdas por redução ao valor recuperável.

8.11. Adiantamento de Clientes

Corresponde aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável.

8.12. Provisões de Férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

8.13. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

8.14. Provisões para Contingências

8.14.1. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

8.14.2. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

8.14.3. Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nos laudos dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício.

8.14.4. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remoto não requerem provisão e divulgação.



8.14.5. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

8.15. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

8.16. Receita Orçamentária

8.16.1. É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência. Referem-se as disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, sendo uma fonte financeira utilizada pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

8.16.2. A IMBEL® é uma empresa estatal dependente, por isso faz parte do Orçamento Fiscal da União e não do Orçamento das Estatais, e tem seus gastos discricionários classificados nos GNDs (grupos de natureza de despesa) 3 (outras despesas correntes) e 4 (investimento), e seus gastos de pessoal em GND 1 (pessoal e encargos sociais), assim como as outras empresas estatais dependentes da União.

8.16.3. Pelo art. 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal), empresa estatal dependente é a empresa controlada que recebe do ente controlador (União) recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, os provenientes de aumento de participação societária.

8.17. TED a Realizar

O Termo de Execução Descentralizada - TED constitui instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de créditos entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para execução de ações de interesse recíproco, previsto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993.

8.18. Tributos

8.18.1. Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% e adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	até 5%

8.18.2. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Os déficits acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício.

8.18.3. São excluídos, para fins de apuração da receita bruta, segundo o §4º do artigo nº 12 da lei 12.973, de 13 de maio de 2014, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e



de Comunicação – ICMS/ST, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

8.18.4. A IMBEL[®], em virtude da obrigatoriedade no seguimento pela sistemática tributária de Lucro Real, adota o regime da não cumulatividade para os impostos PIS (programa da integração social) e COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social), previsto na lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002.

8.18.5. A Empresa é contribuinte do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e nas vendas a consumidor final de outras UF (Unidades Federativas) sofre a sujeição ao ICMS DIFAL UF ORIGEM (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços diferencial de alíquota das unidades federativas de origem), ICMS sobre vendas DIFAL DESTINO e ICMS do Fundo de Combate à Pobreza, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 87/2015, que realocou, progressivamente, a partilha do ICMS entre os Estados.

8.19. Manutenção da Capacidade Estratégica

Refere-se a gastos relativos à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas em caso de conflito. Esses gastos incorrem compensando a ociosidade dos processos produtivos, por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção. Atualmente a IMBEL[®] possui uma ociosidade produtiva característica de Empresa Estratégica, em virtude de suas plantas fabris possuírem uma capacidade para atender a demandas sazonais de Produtos de uso exclusivo do Exército Brasileiro, importantes para a defesa nacional do Brasil.

8.20. Riscos Inerentes ao Negócio

A IMBEL[®], na condição de Empresa Pública Dependente do Orçamento Federal, está sujeita aos seguintes riscos:

8.20.1. Riscos Estratégicos: associados às decisões estratégicas da IMBEL[®] para atingir os seus objetivos estratégicos, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente e imagem;

8.20.2. Riscos Operacionais: decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, do processamento e do controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou pela ocorrência de fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Empresa (Ex: produzir e distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos);

8.20.3. Riscos de Conformidade ou "Compliance": resultantes de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas; e

8.20.4. Riscos Financeiros: são classificados em:

8.20.4.1. Riscos de Mercado, que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e de outros fatores não previstos;

8.20.4.2. Riscos de crédito, definidos como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e



8.20.4.3. Riscos de liquidez, que indicam a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

8.21. Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da IMBEL® é o Real (R\$).

8.22. Redução ao Valor Recuperável (impairment)

8.22.1. A empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se um ativo, ou grupo de ativos, não é recuperável. Um ativo ou grupo de ativos é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC). Foi utilizado o fluxo de caixa descontado para determinar se o valor em uso das UGCs, calculado para o período de 5 anos. Aplicou-se uma taxa de desconto de 14,4%, baseada na soma das Taxas de Longo Prazo e taxa de risco. Esta última foi equiparada às taxas utilizadas por empresas similares no mercado em que a IMBEL® atua.

8.22.2. Não foram observados, em 2021, indícios internos ou externos de desvalorização significativa em seus ativos, pois não houve registros de mudanças relevantes no ambiente tecnológico, de mercado, econômicos e legais da área comercial em que a IMBEL® atua. Também não ocorreram indicações que o valor do ativo diminuiu significativamente ao ponto de superar as expectativas dos resultados da passagem do tempo ou uso normal.

8.23. Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas em Estoques, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

9. DISPONIBILIDADES

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações Financeiras	287.569	285.720
Tesouro Nacional Fonte 100	21.665	6.663
Tesouro Nacional Fonte 250 ⁽¹⁾	7.550	5.694
Cartão de Crédito Corporativo	29	-
Total de Disponibilidades	316.813	298.077

⁽¹⁾ Composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através da Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A IMBEL realizou aplicações financeira junto ao Banco do Brasil, obtendo, no período de janeiro a junho, rendimentos brutos de R\$ 13.750.170,99 e líquidos de R\$ 11.048.808,74 (deduzido do Imposto de Renda na Fonte no total de R\$2.701.362,25) A IMBEL utiliza-se de procedimentos referentes às aplicações financeiras conforme as seguintes legislações:

- Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973, art. 2º e 3º;
- Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4;
- Resolução 12/2020 CA/IMBEL;
- Macro Função SIAFI 0203505; e
- IN 04 STN de 30/08/2004.



10. CLIENTES

10.1. Segmentação

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Clientes - Mercado Interno	73.902	70.105
Clientes - Mercado Externo	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.381)	(7.598)
Total de Clientes	69.521	62.507

10.2. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" (PCLD) é constituída levando-se em consideração o seguinte quadro:

Faixa R\$ mil	Contas a Receber 30/06/2022	PCLD ⁽¹⁾
Vencidos ⁽²⁾	2.990	3.821
Até 30 dias	-	229
31 A 60 dias	-	229
61 A 90 dias	-	229
91 A 120 dias	-	229
121 A 150 dias	-	-
151 A 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	2.990	2.905
A vencer ⁽³⁾	70.912	560
Total Geral	73.902	4.381

⁽¹⁾ Excluídas as duplicatas de vendas a Órgãos Públicos dado a sazonalidade no comportamento desses clientes atrelados a seus respectivos trâmites orçamentários.

⁽¹⁾ Compreende duplicatas renegociadas em parcelas iguais e que não foram pagas, já estando na esfera de cobrança judicial.

⁽²⁾ Inclui o valor de R\$1,229 milhões em 30.06.2022 de valores a receber de órgãos públicos.

⁽³⁾ Inclui o valor de R\$53,951 milhões referente a TED (Termo de Execução Orçamentária) aguardando execução para baixa (o vencimento das duplicatas coincidem com o prazo de encerramento do contrato, dependendo da execução orçamentária).



11. ESTOQUES⁽¹⁾

R\$ mil	Custo	Prov. p/Perdas (2)	Líquido 30/06/2022	Líquido 31/12/2021
Produtos Acabados	22.193	(186)	22.007	45.142
Produtos em Processo	62.155	(591)	61.564	25.522
Matérias-Primas	29.144	(1.032)	28.112	22.521
Materiais Auxiliares	21.322	(958)	20.364	24.553
Almoxarifado	16.025	(388)	15.637	15.830
Importações em Trânsito	456	-	456	2683
Adiantamento a Fornecedores (3)	1.949	-	1.949	456
Compra para Entrega Futura	834	-	834	215
Total de Estoques	154.078	(3.155)	150.923	136.922

(1) O estoque da IMBEL está relacionado diretamente ao motivo de sua continuidade operacional, e sua existência estratégica em conexão com o Artigo 4º do seu Estatuto Social. Compreende os insumos aplicados na produção industrial para produtos estratégicos de defesa, sendo que existem as seguintes metodologias, políticas e situações:

- a) o estoque tem um ciclo médio de 365 dias;
- b) a reposição do estoque é realizada de forma periódica devido aos longos trâmites orçamentários e licitatórios. Há uma definição dos estoques mínimos (de segurança) e máximos, sendo que o ponto de pedido de clientes é o gatilho para a reposição;
- c) para o controle do estoque é adotado o inventário cíclico mensal e o inventário anual, além da conferência periódica de fichas de estocagens;
- d) o controle de validade dos insumos é realizado por meio do sistema ERP TOTVS, sendo adotado o conceito FIFO (First in, First out) para garantir a correta utilização. No entanto, caso ocorra o vencimento do insumo, é analisada a possibilidade de revalidação e posteriormente a baixa contábil, sendo este o último recurso, se necessário;
- e) o critério de avaliação dos estoques é a média ponderável móvel; e
- f) todo produto acabado da IMBEL está vinculado a um contrato já definido ou uma expectativa de venda tratada junto à Diretoria Comercial da Empresa.

(2) Composta pelos estoques sem movimentação e sem expectativa de uso. No 2º trimestre de 2022 as Unidades Fabris da IMBEL realizaram um estudo de adequação e uniformização das provisões de perdas, com base na manutenção de estoques estratégicos sem movimentação e ainda com expectativa de uso, sendo que houve a inclusão dos seguintes novos critérios estabelecidos para a provisão de perdas:

- a) material reprovado;
- b) material obsoleto;
- c) validade do produto; e
- d) outros motivos que o engenheiro fabril achar conveniente em sua avaliação.

(3) Caso excepcional de adiantamento amparado pelas seguintes legislações: a) Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que em seu Art. 65 estabelece: "O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente constituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento", e b) Decreto nº 93.872, de 13 de dezembro de 1986, que no caso concreto, no Art. 38, assim descreve: "Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra ou prestação de serviço, inclusive de unidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta."

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ a Compensar (1)	9.143	6.400
CSLL a Compensar(1)	1.101	1.069
ICMS DIFAL DF	-	899
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	560	548
ICMS a Recuperar	682	546
IPI a Recuperar	462	433
COFINS a Compensar	66	38
INSS a Compensar	20	20
PIS a Compensar	20	19
COFINS e PIS a Rec. Ativo Imobilizado	27	12
Total de Impostos a Recuperar	12.081	9.984

(1) A maior parte do saldo de IRPJ e CSLL apurado refere-se à base negativa de cálculo para os anos de 2019 e 2020. Foi feito um pedido de restituição à Receita



Federal e, por questões de conservadorismo, a atualização dos valores dos juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) será lançada contabilmente quando houver a validação do crédito por parte do presente Órgão.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Custos de Serviços a Apropriar	1164	1.348
Manutenção a Apropriar	2.689	3.662
Seguros a Apropriar	25	17
Custos a apropriar	21	-
Total de Despesas Antecipadas	3.899	5.027

14. INVESTIMENTOS

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Terrenos ⁽¹⁾	178	178
Edifícios ⁽¹⁾	122	122
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos ⁽²⁾	2.003	2.003
Total de Investimentos	2.303	2.303

(1) Referem-se a imóveis que foram adquiridos por intermédio de acordo em processo judicial com cliente inadimplente.

(2) Refere-se à participação acionária de 0,34% na empresa. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função dessa participação não apresentar influência significativa, conforme o disposto no artigo nº 244, combinado com o artigo nº 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76, além dessa participação ser inferior a 20% do Capital Social da investida.

15. OUTROS CRÉDITOS

R\$ mil	30/06/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	933	-	933	1.942	-	1.942
Adiantamentos de 13º salário	3.599	-	3.599	-	-	-
Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	58	5.681	5.739	58	5.464	5.522
Processo de Desapropriação Imóvel ⁽²⁾	-	1.942	1.942	-	1.942	1.942
Outras	11	257	268	10	199	209
Total de Outros Créditos	4.601	7.880	12.481	2.010	7.605	9.615

(1) Referem-se, principalmente, a depósitos recursais provenientes de processos trabalhistas impetrados contra a IMBEL®.

(2) Refere-se ao imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003.



16. IMOBILIZADO

16.1 Demonstrações

R\$ mil	Taxa Dep.	31/12/2021	30/06/2022				
		31/12/2021	De 01/01/2022 a 30/06/2022				
		Saldo Contábil	Movimentações	Deprec/Amortz	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Biblioteca	10%	-	-	-	12	(12)	-
Computadores e Perif.	20%	2.691	1.537	(560)	13.882	(10.214)	3.668
Edifícios	4%	20.294	2.719	(570)	79.412	(56.969)	22.443
Ferramental/Disposit.	10%	5.511	221	(407)	9.526	(4.202)	5.324
Instalações Administ.	10%	3.485	343	(365)	10.727	(7.264)	3.463
Máquinas e Equip.	10%	45.127	6.094	(2.938)	210.237	(161.954)	48.283
Móveis e Utensílios	10%	3.872	1.226	(313)	13.533	(8.747)	4.786
Terrenos	-	8.354		-	8.353	-	8.353
Veículos	20%	991	546	(171)	7.865	(6.499)	1.366
Equip. de Prot. e Seg.	10%	868	444	(72)	1.530	(290)	1.240
Aparelh. e equip. de comunic. e eletrônica	20%	183	19	(24)	403	(225)	178
Benfeit. Imov. Terceiros	10%	448		(37)	1.378	(967)	411
Imobilizações Técnicas		91.824	13.149	(5.457)	356.858	(257.343)	99.515
Bens móveis em elabor.	-	3.064	1.660	-	-	-	4.724
Importações em andam.	-	0		-	-	-	-
Obras em Andamento	-	29.546	(3.178)	-	-	-	26.368
Pesquisa e Desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Total Imobilizado em Andamento	-	32.610	(1.518)	-	-	-	31.092
Total do Imobilizado	-	124.435	11.631	(5.457)	356.858	(257.343)	130.607

16.2. Em conformidade com a Resolução nº 04/2015, do Conselho de Administração da IMBEL®, de 31 de março de 2015, que autorizou iniciar o processo de alienação de bens imóveis da Empresa, foi emitida a Instrução Normativa nº 01, de 07 de Janeiro de 2016. A referida Instrução estabeleceu processos e definiu procedimentos para alienação de imóveis da IMBEL®, excetuando os direcionados às atividades operacionais das unidades de produção e os localizados em áreas de segurança da Empresa. No 2º trimestre de 2022 não houve venda de imóveis na IMBEL®.

**17. INTANGÍVEL**

R\$ mil	31/12/2021		01/01/2022 a 30/06/2022		30/06/2022		
	Taxa Amort.	Saldo Contábil	Moviment.	Amortização	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Softwares	20%	1.709	542	(291)	6.140	(4.087)	2.053
Inov. Tecno. em elab.	-	-	-			-	-
Marcas e Patentes	10%	505	-	(40)	2.558	(2.123)	435
Total do Intangível		2.214	542	(331)	8.698	(6.210)	2.488

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

R\$ mil	30/06/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	1.639	4.063	5.702	2.132	1.376	3.508
Estaduais e Municipais	2.170	-	2.170	2.696	-	2.696
Encargos e Contribuições	3.887	-	3.887	3.065	-	3.065
Obrigações Trabalhistas	9.064	-	9.064	4.337	-	4.337
Total	16.760	4.063	20.823	12.230	1.376	13.606

19. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR

Refere-se ao recurso disponível do aporte financeiro da União realizado até junho de 2022 e ainda não utilizado no período.

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Pessoal e Benefícios	11.253	5.694
Judicial	1.321	-
Demais Custeios	9.091	-
Total Receita Orçamentária a Realizar	21.665	5.694

⁽¹⁾ Refere-se ao recurso recebido da folha de pagamento e utilizado no mês subsequente



20. TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A REALIZAR

Valores em R\$ mil

TED em 31/03/2022	Fábrica Favorecida	Valor Recebido de 01/01/2022 a 30/06/2022	Valor a realizar
TED EME 20-014-00 ⁽¹⁾	Fábrica de Itajubá (FI)	2.849	28.173
TED EME 20-030-00 ⁽²⁾	Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	3.330	36.581
TED EME 20-031-00 ⁽³⁾	Fábrica da Estrela (FE)	-	1.189
TED EME 20-27-00 ⁽⁴⁾	Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	356	1.600
TED EME 21-007-00 ⁽⁵⁾	Fábrica de Itajubá (FI)	1.685,0	2.885
TED EME 21-12-00 ⁽⁶⁾	Fábrica de Juiz de Fora	345	981
TED EME 21-14-00 ⁽⁷⁾	Fábrica Presidente Vargas (FPV) e Fábrica da Estrela (FE)	4.259	7.741
TED EME 21-14-00 ⁽⁸⁾	Fábrica de Itajubá (FI)	-	3.100
TED EME 18-69-00 ⁽⁹⁾	Fábrica de Material de Com. e Eletrônica	120	1.027
Total		12.944	83.277

(1) Fabricar e distribuir 5.308 (cinco mil trezentos e oito) unidades do Fuzil de assalto IMBEL® 5,56 IA2 e conjuntos de manutenção do fuzil de Assalto IMBEL® 5,56 ia2 de 1º escalão (57 unidades), 2º escalão (07 unidades) e 3º escalão (03 unidades), visando à sustentação da capacidade Operacional do Exército Brasileiro.

(2) Tiros de Munições Pesadas – Fabricação e entrega de 1.664 (hum mil seiscentos e sessenta e quatro) unidades do tiro 90 mm.

(3) Explosivos/Fabricação e distribuição de 13.804 (treze mil oitocentas e quatro) peças de artefato de uso militar – blocos de TNT- petardos, para atender ao Exército Brasileiro.

(4) Fabricar e entregar de 2000 Un de tiro 60mm AE M4, 3000 Un tiro 81 mm AE M5;

(5) Desenvolvimento de protótipos e fabricação do lote piloto do acessório "Kit.22 para Fuzil de Assalto 5,56 IA2.

(6) Fabricar e entregar 890 unidades de Corpos de Granada 155 mm m107 (carregadas) e 93 unidades de carga;

(7) Fabricar e entregar, no contexto da Pesquisa e Desenvolvimento e para comprovações técnicas e desempenho, 600 tiros da Munição 60mm AE M4 para morteiro;

(8) Modernização das instalações e da capacidade produtiva da UG Executora, fabricação e entrega de 15.000 (quinze mil) Fuzis de Assalto IMBEL 5,56 IA2, 67 (sessenta e sete) conjuntos de Manutenção de Fuzil de Assalto IMBEL 5,56 IA2 (1º, 2º e 3º escalão) para o Exército Brasileiro – EB.

(9) Integração do hardware e adaptação do software do Terminal de Visualização da Peça (TVP) do Sistema Gênesis Versão 4, para operar na VBCOAP M109 A5 + BR, terminal este que será denominado Terminal de Visualização da Peça Veicular (TVPV/M109).



21. PROVISÕES JUDICIAIS

21.1. Demandas Prováveis

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Cível ⁽¹⁾		
Saldo inicial	1.774	3.156
Constituição	12.506	627
Reversão	(194)	-
Baixa por pagamento	-	(2.009)
Saldo final	14.086	1.774
Trabalhista ⁽²⁾		
Saldo inicial	17.138	16.240
Constituição	5.476	15.995
Reversão	(832)	(6.217)
Baixa por pagamento	(1.155)	(8.880)
Saldo final	20.627	17.138
Tributária		
Saldo inicial	-	-
Constituição		
Reversão	-	-
Baixa por pagamento	-	-
Saldo final		
Total Demanda	34.713	18.912

⁽¹⁾ Ações indenizatórias de dano moral, material, etc. Compreende o valor de R\$13.758,500 referente ao provisionamento judicial oriundo da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face da IMBEL, tendo em vista a Empresa ter atuado com desatendimento da legislação ambiental no tocante aos descartes operados junto ao Ribeirão do Sertão/SP. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) consta como terceira interessada. O Processo está em trâmite na 1ª Vara Federal de Guaratinguetá/SP, sendo a Empresa condenada na obrigação de fazer um plano de ação ambiental e adequações necessárias em seu sistema de tratamento de efluentes na Fábrica Presidente Vargas, o que representa valores de grande vulto conforme projetos executivos. Assim, o provisionamento se justifica e se faz necessário para fins de cumprimento judicial, em fase de execução, com fim de se evitar continuidade nos impactos de ordem ambiental, culminando em eventual paralização das atividades e interdição fabril, nos termos da legislação aplicável.

⁽²⁾ Ações oriundas de pedidos de reintegração à empresa, intervalo intrajornada, nulidade de acordo coletivo e acidente de trabalho.

21.2. Em 30.06.2022, a IMBEL[®] estava sujeita a 101 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual.



21.3. Demandas Possíveis

Em 30.06.2022, a IMBEL® estava sujeita a 459 ações judiciais de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Cível	3.337	4.039
Previdenciária	6	5
Trabalhista	16.833	17.632
Total Demanda	20.176	21.676

22. PROVISÕES DIVERSAS

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para férias	14.218	10.336
Provisão para 13º Salário	4.605	-
Provisão para Contingências Tributárias ⁽¹⁾	9.175	8.772
Provisão para ICMS faturamento antecipado	-	4.213
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	351	320
Total de Provisões Diversas	28.349	23.641

(1) Refere-se ao valor apurado pela Receita Federal do Brasil, por intermédio de Processo Administrativo, em diferenças de entendimentos nos percentuais dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e os índices do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) nas declarações das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP, nas competências dos períodos compreendidos entre 09/2013 a 12/2017.

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Outras Contas a Pagar	424	384
Materiais de Terceiros em poder da IMBEL® ⁽¹⁾	10.902	23.758
Total de Outras Obrigações	11.326	24.142

(1) Refere-se a bens de clientes cedidos à IMBEL®, de forma temporária, por meio de contratos de comodatos

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

R\$ mil	30/06/2022	ORIGEM
Capital Realizado	378.460	100% UNIÃO
Total	378.460	

24.2 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021	ORIGEM
AFAC	24.838	19.263	100% UNIÃO



Total	24.838	19.263
-------	--------	--------

24.3. Reservas

R\$ mil	30/06/2021	31/12/2021
Reserva Legal	6.799	6.799
Reserva para Investimentos	94.948	94.948
Reserva Especial de Dividendos ⁽¹⁾	4.162	4.162
Total de Reservas	105.910	105.910

(1) O dividendo obrigatório, transformado em reserva especial, devido à situação financeira da Empresa, conforme o § 4º do artigo nº 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foi abatido do prejuízo acumulado de 2020, conforme Ata de Reunião da Assembleia Geral Ordinária, em 2022.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Receita de Vendas Mercado Interno	21.252	35.143
Prestação de Serviço/Revenda	10.483	9.126
IPI sobre Vendas Mercado Interno	(774)	(4.154)
ICMS Substituição Tributária	-	(22)
Vendas Mercado Externo	-	-
Total da Receita Bruta	30.961	40.093
Vendas Canceladas	(1.669)	(400)
Total da Receita	29.292	39.693
ICMS	(5.319)	(6.750)
COFINS	(1.260)	(2.375)
PIS	(272)	(515)
ICMS sobre Vendas DIFAL Destino	(17)	(457)
ICMS sobre Vendas Fundo de Combate à Pobreza	(1)	(36)
ISS	(9)	-
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(6.878)	(10.133)
Receita Operacional Líquida	22.414	29.560

26. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Custos Vendas Nacionais	(9.192)	(15.149)
Custo Vendas Internacionais	-	-
Custos Industrializações	(7.893)	(7.183)
Custo Serviços Prestados	(24)	(9)
Custos Revenda Mercadoria	(1)	(5)
Recuperação de Custos	69	31
Total	(17.041)	(22.315)

**27. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA ⁽¹⁾**

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Mão de Obra Ociosa	(6.730)	(4.785)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(20.405)	(13.651)
Total	(27.135)	(18.436)

(1) O conceito da Manutenção da Capacidade Estratégica está descrito na Nota Explicativa número 8.19.

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais	(23.688)	(17.943)
Serviços de Terceiros PJ	(4.864)	(3.792)
Despesas Legais e Judiciais ⁽¹⁾	(1.155)	(3.119)
Depreciações e Amortizações	(1.860)	(1.729)
Manutenção e Conservação de Imóveis	(1.379)	(1.137)
Despesas com Viagens e Diárias	(875)	(249)
Honorário da Diretoria	(589)	(628)
Manutenção e Conservação de Máq. e Equipamentos	(627)	(579)
Reversão de Provisão de Devedores Duvidosos ⁽²⁾	3.209	10.370
Demais despesas e reversões administrativas	(11.845)	(9.749)
Total de Despesas Administrativas	(43.673)	(28.306)

(1) referem-se aos processos judiciais transitados em julgado em desfavor a IMBEL®.

(2) referem-se à recuperação de duplicatas de clientes duvidosos por parte da Administração da IMBEL®.

29. DESPESAS COMERCIAIS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais trabalhistas	(223)	(273)
Provisão/Reversão para devedores duvidosos	9	159
Comissões de terceiros sobre vendas	(203)	(584)
Feiras e Eventos	(121)	-
Demais despesas comerciais	(235)	(312)
Total de Despesas Comerciais	(773)	(1.010)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Tributos Municipais	(338)	(284)
Tributos Estaduais	(623)	(662)
Tributos Federais	(1.222)	(1.027)
Total de Despesas Tributárias	(2.183)	(1.973)



31. DESPESAS DIVERSAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Provisões Judiciais	(18.325)	(11.415)
Provisões para Contingências Tributárias	(402)	-
Despesa com Pesquisas	(3.351)	(1.155)
Refugos	(1.841)	(1.262)
Provisão para Perdas em Estoques	(1.163)	(432)
Garantia da Qualidade dos Produtos	(1.159)	(522)
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	(32)	(16)
Variação de Estoques	(195)	115
Parcelamento Receita Federal ⁽¹⁾	(4.955)	
Outras despesas Indedutíveis	(1.033)	-
Total de Despesas Diversas	(32.456)	(14.687)

⁽¹⁾ refere-se à adesão de parcelamento não previdenciário sobre a cobrança de crédito não reconhecido pela Receita Federal do Brasil na homologação parcial da PER-DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação) referente ao saldo negativo de IRPJ e CSLL dos anos de 2007 e 2008.

32. RECEITAS DIVERSAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Reversão de Provisões de Estoques ⁽¹⁾	11.397	-
Reversão de Provisões Judiciais	2.847	6.041
Recuperação de Títulos e Despesas	3	34
Outras Receitas Operacionais	18	45
Total de Receitas Diversas	14.265	6.120

⁽¹⁾ Valor referente a reversão de provisões de estoques, com base em estudos efetuados nas Fábricas, dos quais houve a constatação de insumos ainda com utilidade fabril.

33. DESPESAS FINANCEIRAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Variações Cambiais Passivas	-	-
Multas	(10)	(10)
Juros s/Tributos	-	-
Juros Passivos	(34)	(21)
Despesas Bancárias	(1)	(2)
Descontos Concedidos	(4)	(1)
Total de Despesas Financeiras	(49)	(34)



34. RECEITAS FINANCEIRAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	13.750	1.977
Multas s/ Recebimentos ⁽²⁾	126	304
Juros Ativos	28	2.310
Variações Cambiais Ativas	9	5
Descontos Obtidos	5	18
Dividendos	-	142
Total de Receitas Financeiras	13.918	4.756

(1) As aplicações de recursos de empresas públicas e sociedades de economia mista da Administração Federal Indireta se dá por meio de fundos extramercado, conforme previsto na Resolução CMN nº 3.284 de 2005. Este fundo tem a política de investimento atrelada a um dos índices da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). No caso da IMBEL®, o fundo extramercado está vinculado ao índice IFR- M 1 que representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos prefixados (LTN) com prazos inferiores a um ano. Este fundo possui o perfil mais conservador e não apresentou rentabilidade positiva mesmo com o agravamento do contexto econômico do 2º trimestre.

(2) O valor de R\$377 (em milhares de reais), registrado na rubrica de Multas s/ Recebimentos refere-se:

a) A multa aplicada aos clientes da Empresa, por descumprimento de cláusula contratual;

b) Cobrança de multa a fornecedores por atraso na entrega de mercadorias.

35. OUTRAS DESPESAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Perdas no Imobilizado ⁽¹⁾	40	(84)
Despesas com doações	-	-
Despesas Eventuais	11	(7)
Total de Outras Despesas	51	(91)

(1) Refere-se aos bens do ativo imobilizado que são desincorporados do patrimônio da IMBEL, seja por inutilização ou alienação. A conta de Perdas no Imobilizado geralmente tem seu saldo majorado na ocasião da ocorrência de algum evento especial, como nos exemplos citados a seguir:

a) leilão de bens móveis, máquinas, equipamentos industriais e sucatas; e

b) inventário patrimonial com a baixa de bens inservíveis.

A IMBEL promove Leilões de seus bens em conformidade com a legislação aplicável às licitações e aos contratos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

36. OUTRAS RECEITAS

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Ganhos no Imobilizado	119	486
Vendas de Sucatas ⁽¹⁾	413	17
Alugueis	575	665
Outras Indenizações	-	1.180
Outras Receitas	33	343
Total de Outras Receitas	1.140	2.691

(1) Refere-se a venda, por intermédio de Leilão Público, para alienação de materiais inservíveis antieconômicos, irre recuperáveis, ociosos e recuperáveis, rejeitos e sucatas de artefatos e componentes em geral, tudo constante do estoque da IMBEL – Fábrica Presidente Vargas.



37. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Recurso para pagamento da Folha de Pessoal e Benefícios ⁽¹⁾	50.991	23.858
Recurso para pagamento de Demandas Judiciais	1.491	2.893
Recurso para pagamento de Demais Custeios	5.124	8.395
Total	57.606	35.146

(1) Com o desbloqueio dos valores da LOA condicionada à aprovação do Congresso Nacional, os créditos foram todos repassados na fonte Tesouro, impactando, no recebimento de maior volume de recursos financeiros do 2º trimestre de 2022, em comparação com o trimestre anterior, houve uma evolução no recebimento da Receita Orçamentária. Possivelmente será maior para o próximo trimestre com pagamento unicamente na fonte tesouro das despesas com pessoal e benefícios.

38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

38.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Valores Correntes		
IR e CS no País	-	-
Valores diferidos	-	-
IR e CS no País	-	-
Total	-	-

38.2. Conciliação dos encargos com IR e CSLL

R\$ mil	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes dos tributos⁽¹⁾	(14.018)	(8.579)
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	-	-
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias	-	-
Diferido não constituído sobre déficit fiscal e base negativa de CSLL	-	-
Demais	-	-
Total	-	-

(1) houve base negativa para o IRPJ e CSLL em 30/06/2022, em virtude das exclusões nas respectivas bases de cálculo.

39. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

As remunerações dos empregados e administradores da Empresa no mês de junho de 2022 estão discriminadas a seguir:



39.1 Maior e menor remuneração

R\$	30.06.2022	31.12.2021
Empregados		
Menor salário	1.387	1.247,52
Maior salário	18.841	14.970,03
Dirigentes		
Diretor-Presidente	20.136,72	20.136,72
Vice-Presidente Executivo	19.129,88	19.129,88
Diretores	18.123,04	18.123,04
Conselheiros		
Conselho Administração	2.017,87	2.017,87
Conselho fiscal	2.017,87	2.017,87
Comitê de Auditoria (COAUD)	4.000,00	4.000,00

39.2 Salário médios

Em R\$	30.06.2022	31.12.2021
Empregados	3.086,36	2.185,71
Dirigentes	18.123,04	18.626,46

40. PARTES RELACIONADAS

40.1. A definição na IMBEL[®] aplica-se ao seu órgão controlador, a UNIÃO, empresas coligadas ou parceiras e a todos os demais colaboradores da IMBEL[®], com ênfase naqueles que possuem poderes delegados de decisão, tais como conselheiros, diretores, chefes, gerentes, membros de comitês, colegiados e comissões.

40.2. A IMBEL[®] é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

R\$ mil	30/06/2022	31/12/2021
Com a União Federal		
Ativo Circulante		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (fonte 100)	21.665	5.694
Passivo Circulante		
Fornecedor EMGEPRON – Empresa Gerencial de Projetos Navais (Empresa Pública)	-	1.367
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar processados)	8.017	254.105
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar não processados)	174.858	14.415
Receita		
Receita Orçamentária para Custeio e Pagamento de Pessoal	57.606	110.559
Receita de Vendas para Órgãos Governamentais	4.814	49.299
Entrega de produtos do TED (Temo de Execução Descentralizada) ⁽¹⁾	15.619	28.403
Despesas		
Honorários dos Administradores	(660)	(1.258)
Comitê de Auditoria	(76)	(144)



(1) o conceito e os objetos dos TED e as movimentações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 20. Demais informações sobre os TED encontram-se no endereço da página <https://www.imbel.gov.br/index.php/termos-de-execucao-descentralizada>

40.3. A IMBEL® possui, em seu quadro funcional, militares da ativa cedidos dos quais fazem jus ao recebimento da GARI (Gratificação por Atividade Relevante à IMBEL®). Em consonância ao artigo 10º do Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019, a IMBEL® não efetua o reembolso dos salários dos militares às Forças Armadas por ser uma Empresa Dependente do Orçamento da União. No segundo trimestre de 2022 o pagamento efetuado da GARI resumiu-se conforme quadro a seguir:

Em R\$	Até 30/06/2022		30/06/2021	
	Quantitativo de Militares em 30/06/2022	Valor Pago	Quantitativo de Militares em 30/06/2021	Valor Pago
Nível III	63	375.116,60	68	368.823,61
Nível IV	-	-	01	1.160,80
Total	63	375.116,60	69	369.984,41

41. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

41.1. A IMBEL® ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64, e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para sua execução financeira e orçamentária.

41.2. A IMBEL®, como empresa pública de grande porte, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

41.3. Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64. O quadro a seguir demonstra a conciliação efetuada:

R\$ mil	Lei nº 6.404/76	Lei nº 4.320/64	Diferenças
	Lei das S/A.	Contab. Pública	
Ativo Circulante	557.837	515.516	42.321
Ativo Não Circulante	143.278	154.356	(11.078)
Total do Ativo	701.115	669.872	31.243
Passivo Circulante	201.862	159.686	42.176
Passivo Não Circulante	4.063	4.063	-
Patrimônio Líquido	495.190	506.123	(10.933)
Total do Passivo	701.115	669.872	31.243



41.4. Pelo comparativo destacado, anteriormente, as diferenças se distribuem da seguinte forma:

Ativo Circulante	Diferenças	Passivo Circulante	Diferenças
Clientes	(450) (c)	Fornecedores	3.500 (c)
Estoques	30.940 (c)	Receitas Orçamentárias a realizar	21.665 (d)
Despesas a Apropriar	3.900 (c)	Obrigações Trabalhista a Pagar	-
Outros Créditos	7.931 (c)	Créditos da União/Tributos	14.966 (a)
		Adiantamento de Clientes	(605) (a)
		Materiais de Terceiros	2.650 (a)
		Provisões	-
Total	42.321	Total	42.176
Ativo não Circulante	Diferenças	Passivo não Circulante	Diferenças
Imobilizado	(3.406) (c)	Imposto a recolher	-
Intangível	(3.761) (c)	Outros Créditos	-
Outros Créditos	(3.911) (c)	Patrimônio Líquido	Diferenças
		Resultado Acumulado	(10.933) (a)
Total	(11.078)	Total	(10.933)

- a) lançamentos efetuados no sistema DATASUL após o encerramento do SIAFI de junho de 2022.
b) valor referente lançamentos não apropriados de impostos apurados após o encerramento do SIAFI.
c) espaço temporal de registro entre SIAFI (liquidação da despesa) e DATASUL (ato da entrada do bem ou serviço).
d) falta de evento contábil no registro das Subvenções Governamentais no SIAFI .

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor-Presidente



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Ilmo. Srs.

Diretores e Conselheiros

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®

CNPJ nº 00.444.232/0001-39

1

OPINIÃO

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®**, que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado Abrangente do período 01/04/2022 a 30/06/2022, assim como o resumo das principais políticas contábeis e Notas Explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®** em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, Pronunciamentos Técnicos CPC, Lei 6.404/76 (atualizada), Lei nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

2

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis.

A administração da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL IMBEL®** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável, pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando seus serviços e quando aplicável, reportar os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante, resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

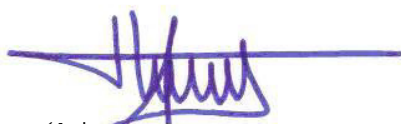
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Brasília - DF, 12 de setembro de 2022.

Atenciosamente,



Fábيا Marques Braga.
CRC 013977/DF.

Metrópole Soluções Governamentais.

Responsável Técnica: Fábيا Marques Braga - CRC 013977/DF - Auditora registrada no IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil sob número 5217.



Reinaldo Santos Oliveira Junior
CRC 006350/SE.

Responsável Técnico: Reinaldo Santos Oliveira Junior
- CRC 006350/SE - CVM 12.629 - Auditor registrado no CNAI - Cadastro Nacional de Auditores Independentes sob número 4309.